

APRESENTAÇÃO
FOREWORD

FORMAS E SUBSTÂNCIAS DO PÚBLICO – PARTE 1: PUBLICIZAÇÃO E CIDADES

O presente dossiê reúne atores e instituições com uma ampla trajetória de pesquisas em âmbito nacional e internacional em torno de conceitos, temas e inquietações teórico-metodológicas e empíricas acerca da noção de público, sobretudo em relação aos limites e possibilidades de interferência de diversos públicos na res publica.

O público é importante em diversas áreas de conhecimento e ação, da política às artes, passando pela filosofia, educação, economia, meio ambiente, administração, comunicação etc. A sociologia também tem algo a dizer sobre o tema e as investigações de que decorrem este dossiê buscam ampliar o espaço de reflexão sociológica em língua portuguesa acerca da questão.

Dividido em dois volumes, o dossiê aborda – nesta primeira parte – duas questões prioritárias:

- Processos de constituição de públicos e de publicização de problemas. Na esteira pragmatista aberta por John Dewey, os organizadores e alguns dos autores reunidos neste dossiê reconhecem diversos problemas tradicionalmente associados à noção do “privado” como sendo questões que se tornaram de interesse público. Assim, uma parte dos textos reflete sobre os processos de transição, metamorfose e interpenetração do público com o privado. Ademais, este eixo da publicação expõe um tema central que é o processo de publicização, que refuta concepções transcendentais do que vem a ser público e permite refletir sobre como determinados atores e questões se tornam públicos.
- O lugar urbano como território de disputas pela autonomia em meio a um regime de exposição pública que assevera os ditames capitalistas é a segunda questão estruturante desta parte do dossiê. Neste eixo, a inquietação se volta às antinomias da ocupação do espaço público de cidades contemporâneas.

Devido à centralidade destas duas questões, subtitulamos esta primeira parte do dossiê com os termos “Publicização e cidades”.

Assentada inicialmente sob o marco teórico do pragmatismo americano, esta parte começa com um artigo de Daniel Cefaï, sociólogo francês bastante envolvido com o esforço recente de difusão e aplicação de clássicas reflexões pragmatistas em problemas sociológicos contemporâneos. Diretor de Estudos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Cefaï, em seu texto, intitulado “Publicidades: um argumento pragmatista”, retoma o conceito de “esfera pública” a partir dos postulados de Habermas, expõe alguns de seus limites e destaca a marginalização de certas opiniões, interesses e grupos minoritários das sociedades burguesas dos séculos XVIII e XIX, tais como afro-americanos, mulheres e trabalhadores. Por fim, o autor destaca a sociologia dos problemas públicos e apresenta algumas hipóteses ecológicas e pragmatistas (especialmente de John Dewey, George H. Mead, Robert E. Park e Mary P. Follett) com as quais propõe uma alternativa de descrição e análise dos modos de constituição do público.

Marcílio Dantas Brandão, doutor em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e doutor em ciências sociais pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, atualmente realizando estágio pós-doutoral na Universidade Estadual do Ceará, é o autor do segundo artigo deste volume. Em “Como um problema se torna público? Anotações pragmatistas a partir da Marcha da Maconha no Brasil”, o autor recupera antigas reflexões dos filósofos pragmatistas Dewey e Mead, discorre sobre a natureza do público e suas particularidades em relação ao social e ao estatal, mas também discute como aspectos da realidade se tornam sensíveis para que diferentes setores da sociedade demandem a assunção de responsabilidades públicas. O autor sustenta que não apenas argumentos cognitivos competem para o reconhecimento da autoridade em relação a um problema, mas também a capacidade narrativa (com seus elementos retóricos de convencimento e persuasão), os níveis de poder pregresso dos agentes envolvidos, os recursos, interesses e habilidades de que dispõem para influenciar a formação, o desenvolvimento ou a multiplicação de opiniões. O ponto de partida do texto é a postulação de que o caráter público e problemático de uma situação não é transcendental, mas próprio da situação e dos agentes envolvidos. Por fim, o artigo apresenta recentes dados de pesquisa sobre o Movimento Marcha da Maconha no Brasil, apontando um caso de figura do que é discutido ao longo de todo o texto: o processo de publicização de um problema.

Na continuação do volume, há mais um texto de Marcílio Dantas Brandão; desta vez em co-autoria com Roberta de Castro Cunha, que é mestra em políticas públicas e doutoranda em sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), além de atuar como assistente social na Assessoria do Ofício Regional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União no Ceará. Intitulado “De problemas sociais a problemas públicos: o caso dos atingidos pela Barragem Figueiredo em Potiretama/CE”, o artigo tematiza violações de direitos humanos advindas da construção de barragens. Inicialmente, os autores postulam que a construção de barragens seja um problema público, em seguida, apresentam o processo de instalação da barragem Figueiredo e as arenas públicas instituídas para a resolução dos conflitos relativos a esse problema. Descrevendo o caso da comunidade Lapa, demonstram a transformação de problemas sociais em problemas públicos, apontando os meios pelos quais os moradores resistiram para permanecer em seu território. Finalmente, os autores postulam que – após ocupação de área federal e acionamento de identidades coletivas – as violações de direitos humanos vivenciadas por aquelas pessoas se tornaram visíveis, audíveis e sensíveis aos órgãos públicos e demais atores envolvidos no problema.

Dirigindo-se à segunda questão prioritária desta parte do dossiê, o texto seguinte é do sociólogo Rafael Arantes, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Sob o título “O(s) espaço(s) público(s) na cidade capitalista: da cidade que liberta ao declínio do homem público?”, o artigo analisa os usos do(s) espaço(s) público(s) na vida urbana contemporânea, discutindo sua relevância atual e sua capacidade de expressar diversidade e engendrar intersubjetividades. Dialogando com diferentes perspectivas críticas que surgiram em meados do século XX e se ampliaram na passagem para o século XXI, o autor tematiza a vida pública contemporânea, tentando discutir a validade das teses que indicam a existência de um processo de diluição/restrrição dos espaços públicos. Assim, o trabalho aborda o pretense surgimento do espaço público nas cidades modernas e seu processo de diluição e restrição nas cidades contemporâneas. Ao final, baseando-se em literatura diversificada e nos resultados de uma pesquisa realizada em Salvador, o texto pontua as principais críticas às teses que refere. Neste texto, há uma evidente diferença de enfoque teórico, mas persiste uma discussão cara a John Dewey sobre a diferença entre público e privado, objeto parcial dos textos precedentes.

O texto de Eduardo Gomes Machado, Jonathan de Souza Nogueira, Nathalia Alves de Oliveira e Stefania Maria Francolino da Silva, que são, respectivamente, professor e estudantes de sociologia na Universidade Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (UNILAB), intitula-se “Cidades, juventudes e conflitos urbanos: questões teórico-empíricas a partir de Redenção e Acarape”. Neste artigo, os autores analisam impactos da implantação de uma universidade federal pública em duas cidades interioranas, Redenção e Acarape, no estado do Ceará. Considerando a estrutura, a morfologia e as dinâmicas de produção social do espaço urbano, os autores problematizam experiências cotidianas de estudantes nas urbes, em diferentes escalas, incluindo a reflexão sobre os desafios vivenciados e as mudanças que atingem as cidades. Destacando o caráter internacional da Unilab, que agrega discentes de sete países nas duas referidas cidades, os autores também discutem a agudização do urbano e a partilha do sensível social e historicamente consolidado. A vivência de situações e episódios percebidos, representados e enfrentados por conjuntos de agentes urbanos como “situações problemáticas” é um ponto de apoio para a discussão da possibilidade de emergência do público e a instituição de arenas públicas nas cidades. Fundamentando-se em processos investigativos associados a uma inserção de longo curso, incluindo observação participante de caráter etnográfico, o artigo apresenta hipóteses analíticas e resultados preliminares que apontam para o fato de que as juventudes, ao não aceitarem passivamente a contestação da ocupação e uso da cidade, instituem novas dinâmicas e ações coletivas que visam à apropriação, ao uso e à ocupação de espaços públicos. Em um momento de tantas mudanças nas diretrizes da educação nacional e do desenvolvimento territorial, este é um texto que agrega justificativa conjuntural à discussão teórica e empírica que sustenta.

Ao focar o Movimento Ocupe Estelita (MOE) e suas estratégias frente à aliança entre o Consórcio Novo Recife e a Prefeitura da Cidade do Recife na disputa pela “opinião pública”, Maria Eduarda da Mota Rocha, professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, aborda uma das discussões centrais deste dossiê que tematiza os meios pelos quais algo se torna público. No esforço de publicizar problemas da referida aliança, ativistas do MOE têm empregado produtos audiovisuais – que são mais centralmente tematizados neste texto – abrindo possibilidades de análise de uma estrutura de sentimentos que a autora reconhece em meio a este movimento social. Assim, além da relevância do texto para a composição do dossiê, o artigo, intitulado “O

Movimento Ocupe Estelita: o capital cultural na interface entre a política e a cultura”, funciona como um elo de articulação entre os objetos discutidos nesta primeira parte e aqueles que darão lugar à segunda parte, que incluirá discussões acerca do público no domínio das artes. Mesmo que, no MOE, a autora postule uma “intencionalidade política que se sobrepõe à estética”, “a internalização dos valores do campo da produção audiovisual impede que a dimensão estética seja completamente ignorada”, o que faz do artigo uma referência importante de estudos que tematizam a análise do público em experiências que interligam a arte cinematográfica à política e às cidades.

Com esta breve síntese das intenções desta primeira parte e dos artigos que nela podemos encontrar, resta-nos anunciar a breve publicação de uma segunda parte que versará sobre públicos em artes e religiões.

Kadma Marques, Lia P. Barbosa, Marcílio D. Brandão

Organizadores